

Soraia Faria

Para: Nuno Magalhães
Assunto: RE: Participação em consulta pública: Manifestação de oposição à proposta de terceira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º28/2011/A

De: Nuno Magalhães [REDACTED]
Enviada: 23 de abril de 2025 15:17
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Cc: [REDACTED]; Sofia Lima [REDACTED]
Assunto: Participação em consulta pública: Manifestação de oposição à proposta de terceira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º28/2011/A

Exmo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Enquanto presidente da Assembleia Geral da BioreefAP, associação que vela pela preservação do Parque Marinho da Pedra do Valado, no Algarve, e enquanto biólogo marinho e cidadão que tem acompanhado o desenvolvimento sustentável dos Açores, venho, por este meio, manifestar a minha oposição ao projeto de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, apresentado pelo Partido Socialista, que visa permitir a pesca comercial com a arte de salto e vara nas áreas de protecção total do Parque Marinho dos Açores.

A pesca de salto e vara é reconhecidamente uma das formas de pesca mais sustentáveis nos nossos mares, e a forma como é praticada nos Açores é um exemplo para todo o mundo. No entanto, uma área de protecção total deve ser isso mesmo: uma zona em que não há quaisquer actividades extractivas. Qualquer excepção irá dar lugar a que se crie um precedente pernicioso, que poderá dar lugar a argumentos para que outras actividades extractivas tenham lugar. Uma excepção deste tipo levará à desclassificação da RAMPA, e os Açores perderão a oportunidade de ser o fantástico exemplo que estão a dar ao mundo como uma das primeiras zonas do mundo a cumprir o desígnio 30X30.

Não estou insensível às preocupações das comunidades que vivem da pesca do atum, e da indústria conserveira a elas associada. Mas a própria RAMPA já contempla grandes áreas em que este tipo de pesca pode ser praticada. É certo que os bancos submarinos, como o Princesa Alice, e os Ilhéus das Formigas são extremamente apetecíveis para a comunidade piscatória, por serem um intenso chamariz para os atuns. É também essa a razão pela qual devem beneficiar do estatuto de protecção total. O atum é um peixe altamente migratório, mas usa estas zonas como refúgio, para se proteger e alimentar. Ao proteger estas zonas da pesca, estamos a longo prazo a contribuir para a reposição e crescimento dos stocks pesqueiros, com benefícios claros para a comunidade piscatória.

Por estes motivos, e em nome da Associação que represento, venho manifestar o meu forte desacordo com esta proposta de alteração, e esperar que as áreas de protecção total na RAMPA se mantenham, e não apenas no papel.

Respeitosamente,

Nuno Miguel Magalhães

(Licenciado em Biologia Marinha e Pescas e presidente da mesa da assembleia geral da BioreefAP)